

EDITORIAL

Tensões e contradições na Administração

O novo número da Revista Estudos de Administração e Sociedade chega aos nossos leitores e leitoras em um momento de profundas transformações e desafios para a gestão das organizações brasileiras. Vivemos um tempo em que a busca por eficiência e o avanço tecnológico muitas vezes colidem com a necessidade de humanização, participação social e proteção aos direitos laborais. Os quatro artigos que formam este número da revista compõem um mosaico crítico sobre como as organizações públicas e privadas se transformam diante das pressões contemporâneas.

Pela ordem das submissões, abrimos esta edição com o artigo "A qualidade no atendimento ao usuário SUS a partir de dados do Projeto Paciente Seguro do PROADI-SUS – uma revisão de escopo". O estudo mapeia como parcerias estratégicas, como o PROADI-SUS, buscam elevar a maturidade da segurança do paciente. O achado mais contundente das autoras reside na lacuna da "gestão participativa". O texto revela que, apesar do refinamento técnico e processual, a participação efetiva do paciente nas decisões sobre o seu próprio cuidado e a comunicação entre os diferentes níveis da administração ainda são gargalos significativos. Esta pesquisa nos alerta que a qualidade técnica, por si só, é insuficiente se não houver um diálogo genuíno entre gestores, profissionais e usuários.

O artigo seguinte, intitulado "(Des)regulando as barcas: a atuação da Agetransp na fiscalização do transporte aquaviário fluminense", aborda um tema sensível para a população do estado do Rio de Janeiro. Utilizando a Teoria da Agência como lente analítica, os autores expõem as fragilidades da agência reguladora dos transportes públicos concedidos no exercício de seu papel

fiscalizador. O estudo evidencia omissões que comprometem a modicidade tarifária e a qualidade do transporte, punindo diretamente os que dependem do modal aquaviário. Trata-se de uma contribuição para o debate sobre como o desenho institucional e as assimetrias de informação podem esvaziar a função regulatória do Estado, favorecendo interesses privados em detrimento da coletividade.

O artigo seguinte, intitulado "A teoria da delimitação dos sistemas sociais e sua missão social", é um convite ao pensamento de Alberto Guerreiro Ramos. Em um momento de hegemonia neoliberal, o autor resgata a ideia da racionalidade substantiva e a necessidade de "delimitar" o mercado. O texto apresenta a proposta de Guerreiro Ramos como uma resposta à falência dos métodos de gestão centrados estritamente na reprodução do capital. Ao sugerir o disciplinamento do mercado pela política e a criação de enclaves onde o indivíduo possa exercer sua autonomia e racionalidade, o artigo oferece uma base epistemológica para questionarmos as patologias organizacionais discutidas nos demais textos. A missão social da administração, aqui, é reafirmada como um projeto emancipatório.

O texto de encerramento traz um olhar para as mutações no mundo do trabalho dentro da própria universidade. O artigo "Trabalho digital remoto: desafios e perspectivas para as universidades públicas" foca na realidade dos servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sob o referencial do materialismo histórico-dialético, o estudo analisa como a digitalização e a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) têm reconfigurado as relações laborais. Embora a tecnologia seja apresentada como ferramenta de eficiência, os resultados apontam para uma intensificação da carga de trabalho, alienação e precarização. É uma provocação necessária sobre como as novas formas de controle digital podem exacerbar desigualdades e minar o bem-estar dos trabalhadores e trabalhadoras que fazem a educação pública brasileira.

Ao percorrermos as páginas destes artigos, para além da sua diversidade teórico-metodológica, percebe-se um fio condutor que une as quatro pesquisas: a

tensão entre a racionalidade técnica, e sua materialização em dispositivos legais e organizacionais, e a necessidade de uma gestão que responda às demandas da coletividade. Seja na saúde, no transporte ou no teletrabalho, o que está em jogo é o papel das organizações como garantidoras de direitos em uma sociedade complexa.

Boas leituras.

Sérgio de Sousa Montalvão
Editor-chefe da Revista Estudos de Administração e Sociedade